

DA LEITURA

Quero de início agradecer-lhes a acolhida. Muitas coisas nos unem, a começar por esta pergunta comum que nos fazemos, cada um de seu lugar: *O que é ler? Como ler? Por que ler?* Uma coisa, entretanto, nos separa, e não vou tentar disfarçá-la: já não tenho, há muito tempo, nenhuma prática pedagógica; a escola, o liceu, o colégio de hoje são-me inteiramente desconhecidos; e a minha própria prática docente – que conta muito em minha vida –, na École des Hautes Études, é muito marginal, muito anômica, mesmo dentro do ensino pós-escolar. Ora, por se tratar de um congresso, parece-me preferível que cada um faça ouvir a sua própria voz, a voz da sua prática; não me forçarei alcançar, mimar uma competência pedagógica que não é a minha; ater-me-ei a uma leitura particular (como toda leitura?), a leitura do sujeito que sou, que creio ser.

Estou, com relação à leitura, num grande desamparo doutrinário: doutrina sobre a leitura, não tenho; ao passo que, em contra-

posição, uma doutrina da escritura se esboça pouco a pouco. Esse desamparo vai às vezes até a dúvida: nem mesmo sei se é preciso ter uma *doutrina* da leitura; não sei se a leitura não é, constitutivamente, um campo plural de práticas dispersas, de efeitos irreduzíveis, e se, conseqüentemente, a leitura da leitura, a Metaleitura, não é nada mais do que um estilhaçar-se de idéias, de temores, de desejos, de gozos, de opressões, de que convenha falar à medida que surjam, à imagem do plural de grupos de trabalho que constitui esse congresso.

Não buscarei reduzir esse desamparo (não tenho, aliás, os meios para isso), mas apenas situá-lo, compreender esse transbordamento de que é visivelmente objeto em mim a noção de leitura. Por onde começar? Pois bem, talvez por aquilo que permitiu à lingüística moderna deslanchar: a noção de *pertinência*.

1. **Pertinência**

A *pertinência* é – ou pelo menos foi –, em lingüística, o ponto de vista sob o qual se escolhe olhar, interrogar, analisar um conjunto tão heteróclito, díspar, quanto a linguagem: foi só quando decidiu encarar a linguagem sob o ponto de vista do sentido, e só desse ponto de vista, que Saussure parou de marcar passo, de se afligir, e pôde fundar uma nova lingüística; foi decidindo considerar os sons tão-somente sob a pertinência do sentido que Troubetskoi e Jakobson permitiram o desenvolvimento da fonologia; foi aceitando, em detrimento de uma infinidade de considerações possíveis, apenas ver, em centenas de contos populares, situações e papéis estáveis, recorrentes, em suma, formas, que Propp fundou a Análise estrutural da narrativa.

Se pudéssemos então decidir por uma *pertinência*, sob a qual interrogaríamos a leitura, poderíamos esperar desenvolver pouco a pouco uma lingüística ou uma semiologia, ou simplesmente (para não nos envolvermos em dívidas) uma Análise da leitura, da *anagnósis*, da anagnose; uma Anagnosologia: por que não?

Infelizmente, a leitura ainda não encontrou o seu Propp ou o seu Saussure; essa pertinência desejada, imagem de um alívio do cientista, nós não a descobrimos – pelo menos ainda não: as antigas pertinências não convêm à leitura, ou então esta as ultrapassa.

1) No campo da leitura não há pertinência de objetos: o verbo *ler*, aparentemente muito mais transitivo do que o verbo *falar*, pode ser saturado, catalisado, com mil objetos diretos: leio textos, imagens, cidades, rostos, gestos, cenas, etc. Esses objetos são tão variados que não posso unificá-los sob nenhuma categoria substancial, nem mesmo formal; apenas posso encontrar neles uma unidade intencional: o objeto que eu leio é fundado apenas pela minha intenção de ler; ele é simplesmente: *para ler, legendum*, pertencendo a uma fenomenologia, não a uma semiologia.

2) No campo da leitura – e isto é mais grave – também não há pertinência de *níveis*, não existe a possibilidade de descrever *níveis* de leitura, porque não há a possibilidade de fechar a lista desses níveis. Por certo que há uma *origem* da leitura gráfica: é o aprendizado das letras, das palavras escritas; mas, por um lado, há leituras sem aprendizagem (as imagens) – pelo menos sem aprendizagem técnica, senão cultural –, e, por outro, adquirida essa *tékhné*, não se sabe onde parar a profundidade e a dispersão da leitura: na captação de um sentido? Que sentido? Denotado? Conotado? Trata-se de artefatos, eu diria *éticos*, já que o sentido denotado tende a passar pelo sentido simples, verdadeiro, e a fundar uma lei (quantos homens morreram por *um* sentido?), ao passo que a conota-

ção permite (aí está a sua vantagem *moral*) colocar um direito ao sentido múltiplo e liberar a leitura: mas até onde? Ao infinito: não há injunção *estrutural* para fechar a leitura; tanto posso recuar ao infinito os limites do legível, decidir que *tudo* finalmente é legível (por mais ilegível que possa parecer), quanto posso, inversamente, decidir que no fundo de todo texto, por mais legível que ele tenha sido concebido, há, permanece algo de ilegível. O *saber-ler* pode ser delimitado, verificado no seu estágio inaugural, mas bem depressa se torna sem fundo, sem regras, sem graus e sem termo.

Essa dificuldade para encontrar uma *pertinência* a partir da qual fundamentar uma Análise coerente da leitura, podemos pensar que somos responsáveis por ela, por falta de gênio. Mas podemos também supor que a *im-pertinência* é de certo modo congênita à leitura: algo, estatutariamente, viria atrapalhar a análise dos objetos e dos níveis de leitura, e poria assim em xeque não só toda busca de uma pertinência na Análise da leitura, mas também, talvez, o próprio conceito de pertinência (pois a mesma aventura parece estar prestes a acontecer à lingüística e à narratologia). Esse algo, creio posso dar-lhe nome (de modo até banal): é o Desejo. É porque toda leitura é penetrada de Desejo (ou de Repulsa) que a Anagnosologia é difícil, talvez impossível – em todo caso, que ela tem possibilidade de efetuar-se onde não a esperamos, ou pelo menos não *exatamente* onde a esperamos: por tradição – recente – nós a esperamos do lado da estrutura; e sem dúvida temos, em parte, razão: toda leitura ocorre no interior de uma estrutura (mesmo que múltipla, aberta) e não no espaço pretensamente livre de uma pretensa espontaneidade: não há leitura “natural”, “selvagem”: a leitura não *extravasa* da estrutura; fica-lhe submissa; precisa dela, respeita-a; mas perverte-a. A leitura seria o gesto do corpo (é com o corpo, certamente, que se lê) que, com um mesmo movimento, coloca e perverte a sua ordem: um suplemento interior de perversão.

2. Recalque

Não me interrogo, a bem dizer, a respeito das vicissitudes do desejo de leitura; particularmente, não posso responder a esta pergunta irritante: por que os franceses de hoje não desejam ler? Por que, parece, cinquenta por cento dentre eles não lêem? O que pode nos reter por um instante é a marca de desejo – ou de não-desejo – que há no interior de uma leitura, supondo-se que o querer-ler já tenha sido assumido. E, em primeiro lugar, os *recalques* de leitura. Vêm-me à mente dois deles.

O primeiro resulta de todas as injunções, sociais ou interiorizadas por mil processos de substituição, que fazem da leitura um *dever* em que o próprio ato de ler é determinado por uma lei: o ato de ler, ou melhor, se assim se pode dizer, o ato de *ter lido*, a marca quase ritual de uma iniciação. Não falo das leituras “instrumentais”, que são necessárias à aquisição de um saber, de uma técnica e nas quais o gesto de ler desaparece sob o ato de aprender: falo das leituras “livres”, que, no entanto, é necessário ter feito: *é preciso ter lido* (*A princesa de Clèves*, *O anti-Édipo*). De onde vem a lei? De instâncias diversas, fundamentada cada uma em valor, em ideologia: para o militante de vanguarda, *é preciso ter lido* Bataille, Artaud. Durante muito tempo, quando a leitura era estreitamente elitista, havia deveres de leitura universal; suponho que a derrocada dos valores humanistas pôs fim a esses deveres de leitura: tomaram-lhes o lugar deveres particulares, ligados ao “papel” que o sujeito reconhece para si na sociedade de hoje; a lei de leitura não mais provém de uma eternidade de cultura, mas de uma instância estranha, ou pelo menos enigmática ainda, situada na fronteira entre a História e a Moda. O que estou querendo dizer é que existem leis de grupo, microleis, de que é preciso ter o direito de se

libertar. Ainda mais: a liberdade de leitura, qualquer que seja o preço a pagar, é *também* a liberdade de não ler. Quem sabe se algumas coisas não se transformam, quem sabe se algumas coisas não acontecem (no trabalho, na história do sujeito histórico) não apenas pelo efeito das leituras, mas pelo dos esquecimentos de leitura: por aquilo que se poderia chamar de *desenvolturas* do ler? Ou ainda: na leitura, o Desejo não pode ser destacado, por mais que isso custe às instituições, de sua própria negatividade pulsional.

Um segundo recalque é talvez o da Biblioteca. Não se trata, fique bem entendido, de contestar a instituição bibliotecária nem de desinteressar-se de seu necessário desenvolvimento; trata-se apenas e simplesmente de reconhecer a marca de recalque existente nesse traço fundamental e inevitável da Biblioteca pública (ou simplesmente coletiva): a sua *facticidade*. A facticidade não é em si uma via de recalque (a Natureza nada tem de particularmente libertador); se a facticidade da Biblioteca se opõe ao Desejo de ler é por duas razões.

1) Por estatuto, qualquer que seja a sua dimensão, a Biblioteca é infinita, na medida em que ela sempre está (por mais bem concebida que seja) aquém ou além da demanda: a tendência é nunca estar lá o livro desejado, ao passo que outro livro é proposto: a Biblioteca é o espaço dos substitutos de desejo; em face da aventura do ler, ela é o real, naquilo em que este chama à ordem o Desejo: sempre grande demais e pequena demais, ela é fundamentalmente inadequada ao Desejo; para extrair prazer, plenitude, gozo de uma Biblioteca, o sujeito tem de renunciar à efusão de seu Imaginário; é preciso que tenha feito o seu Édipo – esse Édipo que não se deve fazer apenas aos quatro anos de idade, mas a cada dia da minha vida em que eu desejo. Nesse caso é a profusão mesma dos livros que é a lei, a castração.

2) A Biblioteca é um espaço que se visita, mas não um espaço que se habita. Seria preciso ter em nossa língua, que no entanto dizem ser tão bem feita, duas palavras diferentes: uma para o livro de Biblioteca, outra para o *livro-em-casa* (ponhamos hífen, é um sintagma autônomo que tem por referente um objeto específico); uma para o livro “emprestado” – o mais das vezes através de mediação burocrática ou magistral –, outra para o livro tomado, agarrado, atraído, escolhido, como se já fosse um fetiche; uma para o livro-objeto de uma dívida (é preciso devolvê-lo), outra para o livro-objeto de um desejo ou de uma demanda imediata (sem mediação). O espaço caseiro (e não público) retira do livro qualquer função de *parecer* social, cultural, institucional (menos no caso dos *cosy-corners* carregados de livros-resíduos). Por certo o livro-em-casa não é um pedaço de desejo puro: ele passou (em geral) por uma mediação que não tem nada de particularmente próprio: o dinheiro; foi preciso comprá-lo, daí não comprar os demais; mas sendo as coisas como são, o próprio dinheiro é um desrecalque – o que a Instituição não é: *comprar* pode ser desrecalcante, *tomar emprestado* seguramente não o é; na utopia fourierista os livros quase nada valem, mas passam mesmo assim pela mediação de alguns tostões; são cobertos por um *Dispêndio* e a partir de então o Desejo funciona: algo é desbloqueado.

3. Desejo

Que há de Desejo na leitura? O Desejo não pode nomear-se, nem mesmo (ao contrário da Demanda) dizer-se. É certo, entretanto, que há um erotismo da leitura (na leitura, o desejo está presente junto com o seu objeto, o que é a definição do erotismo).

Desse erotismo da leitura, talvez não haja apólogo mais puro do que aquele episódio de *La recherche du temps perdu* [*Em busca do tempo perdido*] em que Proust nos mostra o jovem Narrador se fechando no gabinete sanitário de Combray para ler (para não ver sofrer a avó, a quem dizem, por pilhéria, que o seu marido vai beber conhaque...): “Eu subia para soluçar lá bem no alto da casa, ao lado da sala de estudos, sob o teto, num pequeno cômodo cheirando a íris, e a que também perfumava uma groselheira selvagem nascida lá fora entre as pedras da muralha e que passava um ramo de flores pela janela entreaberta. Destinado a um uso mais especial e mais vulgar, esse cômodo, de onde se via durante o dia até o torreão de Roussainville-le-Pin, por muito tempo serviu de refúgio para mim, sem dúvida por ser o único que me era permitido fechar a chave, para todas aquelas de minhas ocupações que exigiam inviolável solidão: a leitura, o devaneio, as lágrimas e a volúpia.”¹

Assim, a leitura desejanse aparece marcada por dois traços fundadores. Ao fechar-se para ler, ao fazer da leitura um estado absolutamente separado, clandestino, no qual o mundo inteiro é abolido, o leitor – o lente – identifica-se com dois outros sujeitos humanos – a bem dizer bem próximos um do outro – cujo estado requer igualmente uma separação violenta: o sujeito apaixonado e o sujeito místico; Teresa de Ávila fazia explicitamente da leitura o substituto da oração mental; e o sujeito apaixonado, nós o sabemos, é marcado por uma retirada da realidade, desinveste-se do mundo exterior. Isso confirma que o sujeito-leitor é um sujeito inteiramente deportado sob o registro do Imaginário; toda a sua economia de prazer consiste em cuidar da sua relação dual com o livro (isto é, com a Imagem), fechando-se a sós com ele, colado a ele,

.....

1. Paris, Gallimard, “Bibl. de la Pléiade”, I, 12.

bem perto dele, como a criança fica colada à Mãe e o Apaixonado fixado no rosto amado. O gabinete com perfume de íris é a própria clausura do Espelho, lugar onde se produz a coalescência paradisíaca do sujeito com a Imagem – do livro.

O segundo traço de que se constitui a leitura desejante – é o que nos diz explicitamente o episódio do gabinete – é o seguinte: na leitura, todas as emoções do corpo estão presentes, misturadas, enroladas: a fascinação, a vagância, a dor, a volúpia; a leitura produz um corpo transtornado, mas *não despedaçado* (sem o que a leitura não pertenceria ao Imaginário). Algo mais enigmático, entretanto, dá-se a ler, a interpretar, no episódio proustiano: a leitura – a volúpia de ler – teria alguma relação com a analidade; uma mesma metonímia encadearia a leitura, o excremento e – como vimos – o dinheiro.

E agora – sem deixar o gabinete de leitura – esta pergunta: há prazeres diferentes de leitura? Há uma tipologia possível desses prazeres? Parece-me haver, em todo caso e pelo menos, três tipos de prazer de ler ou, para ser mais preciso, três vias pelas quais a Imagem de leitura pode capturar o sujeito-leitor. Segundo o primeiro modo, o leitor tem, com o texto lido, uma relação fetichista: tira prazer das palavras, de certas palavras, de certos arranjos de palavras; no texto, delineiam-se plagas, isolatos, em cuja fascinação o sujeito-leitor se abisma, se perde: esse seria um tipo de leitura metafórica ou poética; para provar esse prazer, haverá necessidade de uma vasta cultura lingüística? Não se tem certeza: mesmo a criancinha, no momento do balbúcio, conhece o erotismo da palavra, prática oral e sonora oferecida à pulsão. Conforme o segundo modo, que está no extremo oposto, o leitor é, por assim dizer, puxado para frente ao longo do livro por uma força que é sempre mais ou menos disfarçada, da ordem do suspense: o livro vai se

abolindo pouco a pouco, e é nesse desgaste impaciente, arrebatado, que reside o gozo; trata-se, principalmente, do prazer metonímico de toda narração, sem esquecer que o próprio saber ou a idéia podem ser contados, submetidos a um movimento de suspense; e, por estar esse prazer visivelmente ligado à observação do que se desenrola e ao desvendamento do que está escondido, pode-se supor que tem relação com a escuta da cena original; quero *surpreender*, não agüento esperar: pura imagem do gozo, por ele não ser da ordem da satisfação; seria preciso, além disso, interrogar, inversamente, os bloqueios, os tédios de leitura: por que não continuamos um livro? Por que Bouvard, decidindo interessar-se pela Filosofia da História, não pôde “terminar o célebre *Discurso* de Bossuet”²? A culpa é de Bouvard ou de Bossuet? Existem mecanismos universais de atração? Existe uma lógica erótica da Narração? A Análise estrutural da narrativa deveria aqui levantar o problema do Prazer: parece-me que ela já tem os meios para isso. Há, finalmente, uma terceira aventura da leitura (chamo de aventura a maneira como o prazer vem ao leitor): é, se assim se pode dizer, a da Escritura; a leitura é condutora do Desejo de escrever (estamos certos agora de que há um gozo da escritura, se bem que ainda nos seja muito enigmático). Não é que necessariamente desejemos escrever *como* o autor cuja leitura nos agrada; o que desejamos é apenas o desejo que o escritor teve de escrever, ou ainda: desejamos o desejo que o autor teve do leitor enquanto escrevia, desejamos o *ame-me* que está em toda escritura. Foi o que disse claramente o escritor Roger Laporte: “Uma pura leitura que não suscite uma outra escritura é para mim algo incompreensível... A leitura de Proust, de Blanchot, de Kafka, de Artaud não me deu vontade de

.....

2. Paris, Gallimard, “Bibl. de la Pléiade”, p. 819.

escrever a respeito desses autores (tampouco, acrescento, *como eles*), mas de *escrever*.” Nessa perspectiva a leitura é verdadeiramente uma produção: não mais de imagens interiores, de projeções, de fantasias, mas, literalmente, de *trabalho*: o produto (consumido) é devolvido em produção, em promessa, em desejo de produção, e a cadeia dos desejos começa a desenrolar-se, cada leitura valendo pela escritura que ela gera, até o infinito. Esse prazer de produção é elitista, reservado apenas aos escritores virtuais? Tudo, na nossa sociedade, sociedade de consumo, e não de produção, sociedade do ler, do ver e do ouvir, e não sociedade do escrever, do olhar e do escutar, tudo é feito para bloquear a resposta: os amantes de escritura ficam dispersos, clandestinos, esmagados por mil restrições, interiores, até.

Isso é um problema de civilização: mas, para mim, tenho a convicção profunda e constante de que nunca será possível libertar a leitura se, com um mesmo movimento, não libertarmos a escritura.

4. Sujeito

Muito se tem discutido, e bem antes do advento da Análise estrutural, a respeito dos diferentes pontos de vista em que o autor pode colocar-se para contar uma história – ou simplesmente enunciar um texto. Uma maneira de ligar o leitor a uma teoria da Narração ou, mais amplamente, a uma Poética, seria considerar ele mesmo como ocupante de um ponto de vista (ou sucessivamente de vários); em outras palavras, tratar o leitor *como uma personagem*, fazer dele uma das personagens (mesmo que não necessariamente privilegiada) da ficção e/ou do Texto. Demonstrou-se isso para a tragédia grega: o leitor é aquela personagem que está no

palco (mesmo clandestinamente) e que sozinha ouve o que cada um dos parceiros do diálogo não ouve; sua escuta é dupla (e, portanto, virtualmente múltipla). Em outras palavras, o lugar específico do leitor é o *paragrama*, tal como obsediou Saussure (não se sentia enlouquecer, ele, o sábio, de ser então apenas e plenamente leitor?): uma leitura “verdadeira”, uma leitura que assumisse a sua afirmação, seria uma leitura louca, não no que ela inventasse de sentidos improváveis (“contra-sensos”), não no que ela “delirasse”, mas por ela captar a multiplicidade simultânea dos sentidos, dos pontos de vista, das estruturas, como um espaço estendido fora das leis que proscrevem a contradição (o “Texto” é a própria postulação desse espaço).

Essa imaginação de um leitor total – quer dizer, totalmente múltiplo, paragramático – tem talvez uma coisa de útil: permite entrever o que se poderia chamar de Paradoxo do leitor; admite-se comumente que ler é decodificar: letras, palavras, sentidos, estruturas, e isso é incontestável; mas acumulando as decodificações, já que a leitura é, de direito, infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é a sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele *sobrecodifica*; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas: ele é essa travessia.

Ora, essa é a própria situação do sujeito humano, pelo menos tal como a epistemologia psicanalítica tenta compreendê-lo: um sujeito que já não é o sujeito pensante da filosofia idealista, mas sim despojado de toda unidade, perdido no duplo desconhecimento do seu inconsciente e da sua ideologia, e só se sustentando por uma sucessão de linguagens. Quero dizer com isso que o leitor é o sujeito inteiro, que o campo da leitura é o da subjetivida-

de absoluta (no sentido materialista que essa velha palavra idealista pode ter doravante): toda leitura procede de um sujeito e desse sujeito se separa apenas por mediações raras e tênues, o aprendizado das letras, alguns protocolos retóricos, para além dos quais é o sujeito que depressa se encontra na sua estrutura própria, individual: ou desejanste, ou perversa, ou paranóica, ou imaginária, ou neurótica – e, bem entendido, também em sua estrutura histórica: alienado pela ideologia, por rotinas de códigos.

Isso é para indicar que não se pode razoavelmente esperar uma Ciência da leitura, uma Semiologia da leitura, a menos que se conceba ser um dia possível – contradição nos termos – uma Ciência do Inesgotamento, do Deslocamento infinito: a leitura é *precisamente* aquela energia, aquela ação que vai captar *naquele* texto, *naquele* livro, o “que não se deixa esgotar pelas categorias da Poética”³; a leitura seria, em suma, a *hemorragia* permanente por que a estrutura – paciente e utilmente descrita pela Análise estrutural – desmoronaria, abrir-se-ia, perder-se-ia conforme neste ponto a todo sistema lógico que *definitivamente* nada pode fechar – deixando intacto aquilo a que se deve chamar movimento do sujeito e da história: a leitura seria o lugar onde a estrutura se descontrola.

Escrito para *Writing Conference*
de Luchon, 1975. Publicada no *Français*
Aujourd’Hui, 1976.

.....

3. Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Ed. du Seuil, Col. “Points Essais”, 1972, p. 107.